

Brasil 40 graus

Fernanda Pompeu



1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart
Almino Affonso
Fundap e Imprensa Oficial
680 páginas, R\$ 60,00

O livro *1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart*, escrito por Almino Affonso, se parece com o filme *Titanic*. Todos que foram ao cinema sabiam do naufrágio final. Assim como os leitores do livro sabem que o golpe de 1964 afundou, por mais de duas décadas, a democracia brasileira. Então qual a graça em ver um filme ou ler um livro, se conhecemos o fim? Pelo encanto do roteiro que vai nos entregando as urdiduras da trama. Almino foi participante do governo de João Belchior Marques Goulart, o Jango, que dirigiu o país de setembro de 1961 a março de 1964. O autor, então na casa dos 30 anos, foi líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo do presidente, e depois seu ministro do Trabalho.

Escrito com clareza e português escorreito, o livro defende a tese de que o golpe de 1964 teria nascido 10 anos antes quando da tentativa de derubar o governo Getúlio Vargas. Entre os golpistas estariam militares de alta patente, o governador Carlos Lacerda – antigetulista ferrenho –, empresários sempre descontentes e o governo norte-americano, furioso com o monopólio estatal da Petrobras e com os planos da futura Eletrobras. Mas o suicídio de Getúlio e a reverberação de sua carta-testamento – dois atos que causaram profunda comoção popular – adiaram o árbitro.

Nova tentativa de golpe seria feita em 1961, depois da suspeitíssima renúncia de Jânio Quadros. Eleito presidente com expressivos votos, ficou exatos sete meses no poder. Com sua renúncia, a democracia mandava que o vice-presidente assumisse. Mas muita gente tentou impedi-lo. Militares fizeram manobras golpistas e Carlos Lacerda soltou o brado: “João Goulart não pode ser presidente”. Ora, naquela época, o vice era eleito separadamente. Jango havia sido eleito pela segunda vez. A primeira, como vice de Juscelino Kubitschek. Portanto, o povo o queria. E a Constituição brasileira também.

Ocorre que o vice, no dia da renúncia de Jânio, estava em missão comercial na China comunista. Situação muito oportuna para os golpistas. Fato que houve manobras militares e tensões entre os políticos. O acordo possível foi João Goulart assumir o poder num sistema parlamentarista. Perfeito *deus ex machina*. Mas, em janeiro de 1963,

num plebiscito com 12 milhões de votantes, 10 milhões disseram não ao parlamentarismo. Na “campanha” pelo presidencialismo, Jango fizera o país conhecer o Plano Trienal, elaborado pelo ministro Celso Furtado. O plano preconizava as famosas reformas de base. Sendo as principais a administrativa, a bancária, a fiscal e a agrária.

É nesse momento que o filme da história fica eletrizante, pois entram em cena o poder dos sindicatos urbanos, ligas camponesas, União Nacional dos Estudantes (UNE), além da força do Partido Comunista Brasileiro, o PCB (mesmo na ilegalidade). Também nascem a Ação Popular (AP) e a Política Operária (Polop). É o povo organizado. No cadeirão das reivindicações, os ingredientes são a reforma agrária, melhores salários, fim da inflação de mais de 50% ao ano, voto de analfabetos e elegibilidade de sargentos, não alinhamento automático aos interesses comerciais e políticos dos Estados Unidos.

São demandas por prosperidade e justiça. Dentre elas, a que mais desagradou aos privilegiados e senhores de sempre foi a reforma agrária. Mexer nas leis da terra foi bulir com latifundiários e símbolos de poder. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, de autoria do deputado Fernando Ferrari, o governo atíça a sanha da revanche. O presidente se torna uma personagem pressionada pelas exigências dos trabalhadores organizados e espremida pelo medo dos conservadores. Almino Affonso crê que Jango fez o que pôde no contexto de massas efervescentes e de golpistas prontos para o bote final.

Até que o *show* de um governo popular termina com o general Mourão Filho movimentando tanques de guerra em Minas Gerais, altas patentes militares assanhadas, traições parlamentares, temores de uma anarquia civil e uma providencial mãozinha dos norte-americanos. Feito. No 1º de abril de 1964, o presidente João Goulart deixou Brasília para nunca mais. Foi o início da mais longa noite da recente história brasileira, com direito a tenebrosos pesadelos. Essas e outras passagens são contadas em detalhes documentados no sensível livro do democrata Almino Affonso.

Fernanda Pompeu é redatora e escritora. Autora do livro *64, microcontos em torno da ditadura militar* (Editora Brasiliense, 2006).